

DOCUMENTO
DE TRABALHO
09/94

Universidade versus Setor Produtivo: a Perspectiva e a Realidade da Universidade - Caso 3: O Instituto de Economia da UNICAMP (IE) e o Departamento de Economia da FEA-USP

Maria Helena de Magalhães Castro e
Jorge Balán

Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior
Universidade de São Paulo

NUPES

Núcleo de Pesquisas
sobre Ensino Superior

Universidade de São Paulo

**Universidade versus setor produtivo:
a perspectiva e a realidade da universidade.**

Maria Helena de Magalhães Castro

e

Jorge Balán

CASO 3:
O INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP (IE)
E O DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
DA FEA-USP

NUPES

e

CEDES

Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da
Universidade de São Paulo.

CASO 3
O Instituto de Economia da UNICAMP (IE) e o Departamento
de Economia da FEA-USP

Sumário

I - Introdução: os novos "bacharéis"

1.1. Configuração Atual, 3

II - Principais Marcos Históricos e Culturas Organizacionais

2.1. A UNICAMP, 11

2.2. A USP, 14

III - Contratos e Finanças

2.1. O IE e a FECAMP, 22

2.2. A USP e a FIPE, 25

IV - Conclusões, 34

V - Quadros

Quadro 1 - Áreas de Especialização da Economia na USP e UNICAMP, 4

Quadro 2 - Corpo Docente e Discente, 5

Quadro 3 - Formação dos Doutores da FEA-USP, 19

Quadro 4 - Classificação dos Contratos Ativos da FIPE (1993), 27

I - Introdução: os novos "bacharéis"

A área de Economia experimentou grande projeção no país a partir do "desenvolvimentismo" dos anos 50. Os economistas passaram a ocupar um espaço que, tradicionalmente, era preenchido pelos bacharéis de Direito. Cada vez mais os programas de governo refletem o conhecimento técnico e a participação direta de economistas em sua formulação e implementação. Os dois grupos em estudo estão entre os cinco mais ativos e prestigiados no país, com a diferença de que o Departamento de Economia da FEA teve seu período áureo durante as várias gestões ministeriais de Delfim Neto (entre 1967 e 1985) e o Instituto de Economia da UNICAMP, a partir de Dilson Funaro e dos governos pemedebistas do Estado de São Paulo; ou seja, de meados dos anos 80 para cá.

Ambos os grupos sofrem, permanentemente, de "desfalques" em seus quadros e, em contrapartida, se beneficiam do prestígio decorrente das atuações públicas dos professores convidados para cargos e funções da administração federal, estadual e municipal. Vários já foram ministros e ocuparam o alto comando dos principais órgãos econômicos e financeiros do país (ministérios e secretarias da Fazenda e Planejamento, Banco Central, Tesouro Nacional, etc.) e posições técnicas em organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc. Entre as principais personalidades da FEA-USP estão Delfim Neto, José Pastore, João Sayad, Zélia Cardoso de Melo, Roberto Macedo, Ibrahin Eris, Paul Singer, Andrea Calabi, e, atualmente, André Montoro Filho. No caso da UNICAMP, estão Luis Gonzaga Belluzzo, João Manoel Cardoso de Melo, Luciano Coutinho, Maria da Conceição Tavares, etc.

Em ambos os casos, o prestígio está mais referido à projeção na esfera da administração pública, do que no meio acadêmico. Os economistas vivem em um ambiente profissional de grande visibilidade e muito competitivo, onde a competência técnica é apenas um dos ingredientes para o êxito na carreira. Este depende também das oscilações do prestígio das "escolas de pensamento" a que se filiam, do cacife de suas redes de relações (inclusive no plano político-partidário), e de seus talentos individuais para a vida pública. É verdade que a atuação acadêmica também gera prestígio, mas este, em geral, fica circunscrito à liderança de grupos no interior das instituições ou das comunidades de pares nas sub-áreas em que atuam. E, as indicações são de que há rivalidades e conflitos inter-grupos no interior das duas instituições estudadas.

1.1. Configuração Atual:

Os dois grupos possuem status institucionais diferentes. O grupo da USP continua sendo um Departamento da Faculdade de Economia e Administração (FEA), ao passo que o da UNICAMP deixou de ser um dos Departamentos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas para constituir uma unidade independente; o Instituto de Economia (IE). O grupo da USP, entretanto, não se resume ao Departamento de Economia e engloba o Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). Sua estrutura interna separa a graduação (com o Departamento) da pós-graduação (com o IPE) e distribui a atividade de pesquisa entre os três órgãos: o Departamento, o IPE e a FIPE. O IPE foi criado em 1964, dez anos antes da FIPE, como uma extensão do Departamento para administrar convênio financiado pelo acordo MEC-USAID de intercâmbio acadêmico com a Universidade de Vanderbilt. Como foi criado enquanto órgão da USP, sem a autonomia institucional de uma fundação de direito privado, o IPE não atendia à necessidade, crescente nos anos 70, de facilitar a captação e gerenciamento de receitas. Para isto foi criada a FIPE, em fins de 1973. Até 1989, o IPE e a FIPE tinham o mesmo presidente. Hoje estão com suas direções separadas.

O grupo da UNICAMP se transformou no IE em 1984 e criou a Fundação Instituto de Economia da UNICAMP (FECAMP) em 1985. O IE compõe-se de dois departamentos e de uma estrutura de pesquisa *suis generis*, composta por malha de quatro centros de estudos e seis núcleos de pesquisa que aglutinam professores dos dois departamentos, segundo afinidades temáticas. Sua estrutura interna separa a atividade de ensino - administrada pelos dois departamentos - da pesquisa, que é desenvolvida nos centros e núcleos com o suporte contábil e administrativo da FECAMP.

O Quadro 1 sintetiza os organogramas dos dois grupos:

Quadro 1 - Áreas de Especialização da Economia na USP e UNICAMP		
USP/FEA	UNICAMP/IE	
Depto de Economia	Depto de Política e História Econômica	Depto de Teoria Econômica
Economia Brasileira	Centro de Estudos de Conjuntura	
Desenvolvimento Econômico	Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico	
Economia Internacional e Comércio Exterior	Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais	
Economia do Trabalho	Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho	
Economia Agrícola	Núcleo de Economia Agrícola	
Economia Industrial	Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia	
Economia Regional e Urbana	Núcleo de Economia social, Urbana e Regional	
Finanças Públicas e Economia do Setor Público	Núcleo de Finanças	
História das Idéias Econômicas	Núcleo de História Econômica	
Metodologia da Economia	Núcleo de Métodos Quantitativos Aplicados à Economia	
Econometria	----	
Teoria Econômica	----	
Organização Industrial	----	
Economia da Tecnologia	----	
Economia da Nutrição	----	

O espectro das sub-áreas de competência é bastante amplo e, aparentemente, o mesmo nos dois grupos; exceto pelo fato da USP oferecer um leque de competências em microeconomia (como em Econometria, Metodologia da Economia, Organização Industrial), que não constam entre as especializações do IE. Esta diferença é importante porque foram essas competências quantitativas da USP que motivaram a criação da FIPE, assim como boa parte dos contratos que consolidaram o prestígio que possui hoje. Além disso, parece haver diferenças marcantes de orientação teórica entre os dois grupos. Na UNICAMP, os professores prezam a origem na CEPAL e o tratamento da Economia como uma ciência social. Na USP, os professores destacam a abrangência com que cobrem o espectro das subáreas da economia e das tendências do pensamento econômico. Segundo dois professores da USP, entrevistados em conjunto, a distinção é a seguinte: *"A UNICAMP é mais estruturalista, neo-Ricardiana ou pós-Keynesiana, ao passo que a USP abrange um espectro mais amplo que vai da linha neo-clássica à neo-Keynesiana, ou, do José Pastore, que define Economia como ciência exata na linha da escola de Chicago, ao Paulo Singer, que é um quadro do PT."*¹

¹Profs. Luque e Chahad, entrevista conjunta.

Os grupos da USP e UNICAMP possuem equipes docentes do mesmo tamanho: 102 e 107 professores, respectivamente. Mas, se diferenciam bastante com relação às suas atividades de ensino. A USP não só oferece curso diurno e noturno, como atende a um alunado que é quase o triplo do atendido pelo IE. Dados para o ano de 1991 revelam que a USP recebeu cerca de 1.300 alunos (1.117 de graduação e 178 de pós-graduação), ao passo que o IE, apenas 521 alunos (cerca de 312 de graduação e 209 de pós-graduação).² O quadro 2 resume estes dados. Os números sobre os docentes não se restringem aos docentes ativos, eles incluem professores "afastados" ou "emprestados".

Quadro 2 - Corpo Docente e Discente		
	USP	UNICAMP
Doutores	80.4%	44%
Mestres	13.8%	51%
Graduação	5.8%	5%
Total (100%)	102	107
RTIDP (integral com dedicação plena)	64.7%	87%
RTC (turno completo, 40 horas)	30.3%	8%
RTP (turno parcial)	4.7%	5%
# alunos graduação	1.117	312
# alunos pós-graduação	178	209
Total de Alunos (N)	1.295	521

Embora o grupo da USP atenda a um alunado muito maior, as entrevistas revelaram que a atividade de ensino não constitui uma pressão significativa sobre o tempo dos professores. De fato, a taxa professor/aluno é de apenas 12.6 alunos por professor. Até recentemente, a exigência da USP era a de ministrar apenas dois cursos por ano. Desde 1993, passou-se a exigir três cursos por ano e, com isso, o Departamento e o IPE hoje enfrentam problemas de excesso de professores. Segundo a direção do IPE, *"há hoje cinco professores inscritos para dar o curso (de pós-graduação) em Economia Brasileira."*³

Se o cenário da USP já é de excesso de professores, o do IE é o de um desequilíbrio muito maior: sua taxa professor/aluno é de 4.7 alunos por professor⁴. Isto evidencia a baixa prioridade que se dá no IE à formação de novos profissionais, o que também fica claro no comentário de um dos seus professores entrevistados: *"O IE encontra-se numa situação*

² Anuários da USP e da UNICAMP.

³ Profa. Ana Bianchi, entrevista.

⁴ Como a oferta de cursos de economia é muito grande no país, é possível que o número de vagas na UNICAMP seja deliberadamente pequeno e orientado para atender a demanda por um determinado perfil de profissional.

*confortável em relação ao resto da UNICAMP porque conta com um apoio institucional forte, não tem curso noturno como outras unidades, possui a menor carga didática da Universidade e o maior número de professores "emprestados" para o governo."*⁵

Outro dado interessante e que também reflete a menor importância dada pelo grupo da UNICAMP às atividades mais estritamente acadêmicas é a sua posição no rank produzido pela avaliação da CAPES. O mestrado e o doutorado da USP têm conceito A, ao passo que o mestrado do IE tem B e o doutorado está sem conceito, em fase de consolidação de novas áreas de concentração.

Este conjunto de informações indica que dos dois grupos, é o IE o que mais se desvia do padrão da universidade a que pertence. Como os outros estudos de caso atestam, a ênfase da UNICAMP é colocada na pós-graduação e no compromisso com a excelência acadêmica. No caso do IE, a graduação é bem maior do que a pós-graduação (correspondendo a cerca de 60% do total de alunos) e sua performance acadêmica tal como avaliada pelos indicadores (e consultores) da CAPES, deixa a desejar.

Embora 87% dos docentes do IE (e 64% dos da USP) figurem como em regime de tempo integral e dedicação exclusiva (RTIDP), na prática, uma parcela significativa destes estão emprestados a órgãos públicos ou residem e têm atividades profissionais em São Paulo. O grupo da UNICAMP mantém até hoje sua inserção no governo do estado e ainda dirige órgãos como a FUNDAP (Fundação de Desenvolvimento da Administração Pública do Estado de São Paulo) e o IESP (Instituto de Economia de São Paulo). O grupo da USP têm hoje cerca de quinze professores formalmente "afastados", ocupando cargos e posições técnicas variadas em instituições que vão do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, até a Comissão de Privatização do Governo Federal, etc. A citação abaixo refere-se à USP, mas ilustra bem as peculiaridades da área da Economia no sistema universitário do país e se aplica, por certo, ao IE também:

"Há muito professor em regime de tempo integral e dedicação exclusiva que não faz nada além de dar aulas. Alguns até têm atividades fora da USP e mantêm o regime de tempo integral indevidamente, como a Zélia (Cardoso de Melo). Outros, que são tempo parcial, são super ativos e publicam dentro e fora da USP. Há doutores que nunca se deram ao trabalho de se cadastrar como professores-orientadores, porque isso requer um mínimo de produção científica, que eles não têm: fizeram suas teses e mais nada."

Numa área onde o locus e as fontes de prestígio estão fora da Universidade, as credenciais acadêmicas obedecem a uma lógica diferente da que predomina nas áreas tipicamente acadêmicas. Em primeiro lugar, são menos relevantes porque a carreira acadêmica em Economia é menos remunerada e prestigiada do que a carreira profissional, especialmente, na administração pública. A prova disso é que apenas 44% dos docentes do IE possuem doutorado.

⁵Prof. Guedes, entrevista.

O que ocorre é que as oportunidades profissionais podem se abrir para alguns professores antes ou independentemente de sua titulação, enquanto que, para outros, as chances de projeção profissional não chegam tão cedo e podem ser melhoradas com titulação e vinculação à universidades de renome.

Com isso, a titulação e o regime de tempo integral não refletem engajamento na carreira universitária ou científica em seu sentido mais estrito. Como a citação acima ironiza, há doutores na USP que nunca produziram mais do que suas teses e, portanto, não estão qualificados para se credenciar como orientadores de tese. Outro dado é que cerca de 15% dos doutores da Economia da USP nem estão em regime de tempo integral. E, os que figuram como regime integral na USP e UNICAMP tampouco estão necessariamente ensinando e fazendo pesquisa acadêmica. Muitos estão em outras atividades profissionais dentro ou fora das universidades. A lógica aqui é outra: ser professor da USP ou UNICAMP e possuir título de pós-graduação são credenciais valorizadas pelo mercado profissional e são, freqüentemente, buscadas e usadas para esse fim.

Nenhuma das duas universidades impede que seus professores de tempo integral prestem consultorias e realizem trabalhos contratados. Isto é permitido, desde que a receita auferida não ultrapasse 100% do valor de seus salários e que o tempo devotado a isto não exceda oito horas semanais. Entretanto, além de não haver um controle efetivo sobre o tempo e as atividades dos professores, a existência das fundações ajuda a legitimar eventuais ausências de docentes de tempo integral que estejam envolvidos em trabalhos e outros compromissos das fundações. Além disso, a pesquisa em áreas do conhecimento que não dependem de laboratórios, como é o caso da Economia, envolvem coletas de dados, entrevistas e outras modalidades de trabalho de campo externas ao campus da universidade.

Por fim, nem o interesse pela titulação acadêmica, nem os compromissos com o enquadramento funcional na universidade prevalecem sobre as circunstâncias e oportunidades de atuação pública que aparecem. Muitos se engajam nestas carreiras antes de obter doutorado e outros se descuidam da alteração de seu regime de dedicação à universidade. Vários podem mesmo argumentar que, como eles trazem nome, prestígio e contratos para a universidade, os adicionais obtidos com o regime de trabalho não cumprido são contrapartidas merecidas.

A tolerância com respeito à titulação ou ao cumprimento de regimes de trabalho não se estende, em nenhum dos dois casos, à qualidade dos estudos e pesquisas que produzem. Há nos dois grupos instâncias de controle de qualidade sobre os seus produtos. Na USP, o Conselho da FIPE sanciona, ou não, as propostas de contratos e há três modalidades de seminários regulares que permitem o acompanhamento de trabalhos acadêmicos: os seminários semanais de apresentação de trabalhos em andamento (todas as 5as-feiras à tarde), os seminários sobre conjuntura econômica (nas últimas 6as-feiras do mês) e os seminários de tese, para alunos de pós-graduação apresentarem suas pesquisas em andamento. Os seminários semanais e de tese servem como controle de qualidade dos trabalhos apresentados e, ao longo do ano, caracterizam

como "improdutivos" aqueles professores e alunos que não usaram esses fóruns; i.é., que não tenham o que apresentar a seus colegas.

No IE, o controle é mais estruturado, mas se restringe aos trabalhos realizados para clientes externos. Todos os contratos passam pela aprovação interna dos respectivos núcleos ou centros de estudos e são depois submetidos à avaliação da Comissão de Pesquisa, uma espécie de conselho científico, que autoriza e depois avalia os resultados do trabalho realizado.

O financiamento da pesquisa em ambos os casos provem principalmente dos contratos com o setor público, estadual, federal e/ou municipal. A participação das agências de fomento à C&T é relativamente menor do que nas outras áreas estudadas e a pesquisa mais acadêmica conta com o reforço dos *overheads* cobrados pelas fundações e repassados, em maior ou menor medida, para os grupos cujas competências são menos "comercializáveis". Mesmo assim, os grupos de pesquisa acadêmica estão apreensivos. O estudo identificou em ambas as universidades uma insatisfação com a falta de recursos para acompanhar os *breakthroughs* teóricos que têm ocorrido no âmbito da comunidade internacional. De fato, a produção acadêmica internacional na área de Economia tem se desvinculado da prática e das políticas públicas e se assemelha, cada vez mais, a uma ciência exata, matematizada, teórica e abstrata. Esta orientação tem provocado críticas e problemas no plano internacional, mas, como esta orientação tem tido muito pouco espaço para ser acompanhada e desenvolvida no Brasil, as críticas não se aplicam ao que se faz aqui. Neste particular, a comunidade acadêmica brasileira parece estar em descompasso com a internacional e, ao contrário do que isto significa no campo da Física, o resultado é que no Brasil a Economia continua aplicada e engajada nos problemas e desafios colocados pela economia, política e sociedade brasileiras.

As interações externas continuam intensas nos dois casos, mas só uma parcela delas é institucionalizada, através das fundações universitárias que ambos possuem: FIPE-USP e FECAMP-UNICAMP. Institucionaliza-se contratos de pesquisas e os cursos de extensão; mas continuam informais as consultorias individuais e convites para palestras, que são atividades bem remuneradas e permanentemente contratadas. A cooperação institucionalizada se dá, principalmente, com o setor público e consiste de (a) estudos e pesquisas de apoio para a formulação de políticas; (b) produção de dados e (c) elaboração de índices.

As empresas não contratam este tipo de trabalho⁶ e a interação que mantêm com a universidade ocorre mais intensamente no plano individual. Os economistas da USP e a UNICAMP são constantemente buscados para atualizar e avaliar a conjuntura econômica, para assessorar e situar o empresariado em relação a referências macro do quadro econômico e tendências da economia nacional e internacional. Trata-se de um relacionamento importante para ambas as partes, que dissemina conhecimentos (muitas vezes desenvolvidos a partir de estudos e experiências administrativas proporcionados pelo setor público), mas que se desenvolve no

⁶Esboçam-se algumas novidades neste aspecto. Em 1993, o grupo jornalístico "O Estado de São Paulo" contratou a FIPE para produzir um índice de inflação, e entidades empresariais como a Federação Nacional das Companhias de Seguro contratou, também a FIPE, para um estudo sobre previdência.

plano informal das interações pessoais (convites para dar palestras ou mesmo organizar eventos temáticos). Uma outra modalidade, bem menos intensa, de interação com empresas se dá nos poucos cursos de extensão e nos de pós-graduação, para os quais algumas empresas enviam funcionários. Para completar e, por conta das competências em microeconomia da USP, verificou-se que há um volume expressivo de contratos entre entidades empresariais (associações, federações e sindicatos) com a FIPE para trabalhos estritamente técnicos de elaboração de índices e acompanhamentos de custos, etc.

A redemocratização do país e a ascensão do PMDB no plano federal alijou a FIPE de seu principal cliente: o Governo Federal. Este espaço foi ocupado pela UNICAMP e por outros grupos de renome nacional (como da PUC-RJ e FGV do Rio e de São Paulo). A FIPE experimentou um período de refluxo e crise, na segunda metade dos anos 80 e a partir de 1989 iniciou um processo de ajuste que ainda se desenrola. Enxugou seus quadros, suspendeu o regime de condomínio ou de socialização dos recursos, passando a só remunerar o pessoal envolvido em projetos em andamento, e adotou uma política de diversificação de clientelas.

Dirigentes da FIPE explicaram a sua perda de espaço no governo federal e o crescimento do IE com o seguinte argumento: *"Eles viraram quadros do PMDB no plano federal e estadual. Se houve falha nossa nesta perda de espaço, foi a de não nos engajarmos politicamente."* A imagem da USP, por sua vez (e segundo estes próprios dirigentes), é a de *"um grupo conservador, que cresceu à sombra de Delfim Neto, José Pastore e outros personagens dos tempos do regime militar."*

Na verdade, esses comentários servem mais como ilustração do ambiente competitivo que existe nesta área, do que como dado de realidade. A realidade é que o Plano Cruzado de Dilson Funaro, não envolveu só a UNICAMP. Contou com vários economistas da PUC-Rio e teve, inclusive, um professor da USP (João Sayad) dividindo o comando do Plano, enquanto Ministro do Planejamento. A realidade, segundo os próprios dirigentes da FIPE, é que o IE não está sozinho na área econômica dos governos pemedebistas de São Paulo. Segundo eles, as demandas vindas da esfera estadual e municipal de São Paulo já compensaram a perda de espaço que a FIPE experimentou no plano federal. A verdade é, acima de tudo, a de que ambos os grupos têm mais de cem integrantes cobrindo uma ampla variedade de sub-áreas de especializações, sendo portanto grandes e heterogêneos demais para se resumirem a uma ou outra definição. Encerram rivalidades internas e contam com lideranças de perfil e atuação mais acadêmicos, assim como outras de perfil mais aplicado e com maior experiência e vinculação à vida pública federal e estadual. Tanto na USP, quanto na UNICAMP, há professores que evitam estudos contratados em nome de sua autonomia intelectual e há outros que se consideram excluídos das oportunidades de contratos e/ou de acesso à gestão das fundações.

A crise fiscal do Estado e dos recursos para a pesquisa acadêmica nos anos 90, também têm afetado ambos os grupos. A demanda do setor público vem perdendo escopo e volume: *"pedem estudos cada vez mais específicos e pontuais, que têm menor duração e não geram*

*produção de interesse acadêmico.*⁷ A FIPE começou a oferecer cursos de extensão e professores de vocação mais acadêmica da USP começam também a se interessar por estudos para clientes como modo de compensar pelo declínio dos financiamentos acadêmicos. Na UNICAMP, os entrevistados também se preocupam com a "perda de autonomia" do IE; i.é. com a sua crescente dependência de contratos, de recursos externos ao sistema de financiamento acadêmico. Reclamou-se da necessidade de se priorizar estudos aplicados, em detrimento da atualização científica, dos temas da pesquisa de ponta que se faz no plano internacional.⁸ Entretanto, o IE mal saiu de um período de abundância de recursos, durante o qual fez investimentos significativos. A criação da FECAMP, por exemplo, foi parte de uma estratégia de melhorar a eficiência da gestão financeira do Instituto e de consolidar um fundo de acumulação que pudesse garantir a atividade pesquisa no decorrer da, já esperada, crise de recursos do Estado. O IE investiu também na construção de um Centro de Convenções que é alugado para eventos e gera receitas.

Em conclusão, a Economia, tal como desenvolvida nas duas instituições em estudo, é uma área híbrida, que conjuga produção e compromisso acadêmicos com um forte componente de atuação profissional orientada para políticas públicas. Ambas as instituições se especializaram na elaboração de diagnósticos macroeconômicos e em recomendações de política econômica, embora não exclusivamente no caso da USP, que ainda mantém contratos para a elaboração de índices. A Economia é também uma área permeável a orientações teóricas concorrentes e, portanto, sujeita a modismos, assim como a rótulos e inclinações políticas. Isto não impede que seja muito demandada pelo setor público, mas por vezes, essa permeabilidade submete o relacionamento com as administrações públicas às oscilações das orientações e preferências políticas.

⁷Prof. Chahad, entrevista.

⁸Entrevista com o prof. Otaviano Canuto, vice-diretor do IE.

II - Marcos Históricos e Culturas Organizacionais:

2.1. A UNICAMP

Como foi o caso da Física e da Engenharia Elétrica, a Economia da UNICAMP foi também criada a partir de uma iniciativa do reitor Zeferino Vaz. Neste caso, Vaz trouxe Wilson Cano que ensinava e trabalhava na área de planejamento econômico na CEPAL para, em conjunto com alunos daquela instituição, montar um núcleo de estudos e de formação pós-graduada dentro do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Entre 1968 e 1970, o núcleo desenvolveu pesquisas e ofereceu cursos de especialização em planejamento econômico. Em 1970, já enquanto Departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE), o grupo passou a oferecer curso de graduação em Ciências Econômicas. Em 1974, iniciou seu programa de mestrado e, em 1977, o de doutorado.

Um traço importante deste grupo foi a independência de orientação que adotou e manteve durante o regime militar, graças ao aval de Zeferino Vaz:

"Nós apresentávamos uma revisão crítica do pensamento econômico da CEPAL, uma visão econômica peculiar, divergente, embora não frontalmente oposta à do regime militar. O Zeferino Vaz teve um papel importantíssimo para assegurar a autonomia de orientação dos economistas da UNICAMP."⁹

O prof. Wilson Cano, que hoje coordena o Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais e é professor do Departamento de Teoria Econômica, complementou:

"O nosso foco sempre foi o entendimento da realidade econômico-social do país. O eixo central de reflexão do grupo sempre foi política econômica e economia brasileira. Mas estas áreas são muito abrangente e dependem de competências em outras áreas, como economia internacional, teoria econômica, história econômica, etc. Por isso, o DEPE se diversificou neste leque de especialidades. Elas são essenciais para se trabalhar com política econômica e macroeconomia."

O último desdobramento deste processo de diversificação das competências foi a ampliação das áreas de concentração do doutorado, em 1991, que atualmente são: Teoria Econômica e Economia Aplicada, com ênfases em Política Econômica, Economia do Emprego e Salários, Economia Agrícola e Economia Industrial. Além do curso de graduação e dos programas de mestrado e doutorado, o IE oferece cursos de especialização em Economia do Trabalho e Sindicalismo.

Mesmo a produção mais acadêmica do IE tem uma vocação aplicada. Suas principais linhas de pesquisa foram definidas pelos entrevistados como "pesquisas aplicadas" e incluem os seguintes temas: agricultura; economia industrial e da tecnologia; estrutura industrial; pequenas e

⁹Prof. Otaviano Canuto dos Santos Filho, vice-diretor do IE, entrevista.

médias empresas; concentração e disparidades regionais; empregos e salários; financiamento do setor público; sistema financeiro e; políticas sociais.

Quanto à divisão interna de responsabilidades há uma clara separação entre ensino e pesquisa. Os dois departamentos - de Teoria Econômica e de Política e História Econômica - estruturam e administram as atividades de ensino de graduação e pós-graduação. Decidem sobre a introdução e reformulação de disciplinas e só eventualmente participam da definição de linhas temáticas de pesquisa. Os centros e os núcleos (Quadro 2, acima) organizam a pesquisa e são interdepartamentais. Os centros têm existência formal no organograma da UNICAMP e seus coordenadores são nomeados pelo Reitor. Os núcleos são estruturas informais, sem cargos e recursos especificados - i.é., não oferecem posições administrativas e complementações salariais. Mas, de resto, os centros e núcleos funcionam iguais: aglutinam professores e alunos de pós-graduação com interesses comuns, independentemente do Departamento ao qual se vinculem.

Esta estrutura da pesquisa tem várias vantagens que foram apontadas pelo prof. Wilson Suzigan, um dos líderes acadêmicos de maior renome do IE. Segundo ele, os centros e núcleos temáticos oferecem flexibilidade; definem com clareza o perfil de competências do IE, facilitando suas interações externas com a comunidade acadêmica e com seus clientes; estimulam o trabalho em equipe e; direcionam a pesquisa, evitando dispersão de esforços. Suzigan esclarece que este direcionamento gera insatisfações quando o quadro financeiro é de escassez de recursos e convênios. A crise do financiamento acadêmico tem sido vivida como perda de liberdade, individual e coletiva, de escolha de temas de pesquisa. Na falta de recursos, os professores de orientação mais acadêmica acabam precisando se direcionar para estudos e pesquisas contratadas. Explica também que há uma variação grande na capacidade dos centros e núcleos de captar convênios. Núcleos de perfil mais acadêmico, como o Núcleo de História Econômica, não desenvolvem trabalhos de interesse para o setor público ou privado e, por isso, abrigam um maior número de professores trabalhando em projetos de pesquisa individuais.

Coordenadores dos centros e núcleos convergiram nos seus depoimentos sobre riscos e benefícios da abertura que têm para pesquisas contratadas. O principal risco, mencionado em todas as entrevistas é o de dispersão: "*Os contratos podem, eventualmente, levar os grupos a se desviarem de seus programas de pesquisa e se não houver maturidade, o grupo corre o risco de perder o eixo da pesquisa e acabar se dispersando.*" Mencionou-se também a instabilidade na esfera governamental como um risco de descontinuidade dos projetos: "*As sucessivas mudanças no âmbito governamental têm atrasado ou mesmo interrompido o pagamento de estudos, quando altera a política do setor que contratou o projeto.*" Este risco é muito maior quando se trata de contratos do setor público federal, do que quando se trata de trabalhos para governos estaduais e prefeituras. É a área federal a que tem sido mais instável.

Entre os benefícios, as entrevistas foram unânimes em ressaltar a oportunidade que os contratos oferecem de se "*inserir em problemas reais*", "*tomar contato com a realidade e transcender os limites da academia*" e "*participar de projetos e fatos de alta relevância para o país*,

como na questão da reforma agrária." Destacou-se também o impacto positivo destes estudos contratados sobre a qualificação dos professores-pesquisadores que "amadurecem e se atualizam", "enriquecem suas atividades docentes" ou "ganham uma visão mais abrangente". Também unânime foi a menção à produção científica, embora isto "não dependa da existência de contratos", mas deles se beneficia porque os contratos "custeiam teses" e "produzem materiais para a elaboração de teses e papers". Por fim e também unânime, foi a menção aos recursos gerados, que "têm um peso significativo no orçamento do IE" ou à "sustentação de parte dos custos do IE de equipamentos, manutenção, contratação de pessoal, etc." Embora ninguém tenha mencionado espontaneamente, estes recursos também garantem complementação salarial dos que participam dos projetos contratados, o que eleva a capacidade da universidade de reter seus quadros em uma área vulnerável à atração de um mercado profissional importante.

2.2. USP

O Departamento de Economia da FEA (Faculdade de Economia e Administração) teve a oportunidade de se antecipar às reformas da universidade brasileira em função do acordo MEC-USAID, que no início dos anos 60, possibilitou a titulação de professores na U. of Vanderbilt e outras universidades norte-americanas. O atual Chefe do Departamento explica: "*Vieram docentes de lá e enviamos professores daqui para lá. Vários de nossos professores fizeram doutorado em Vanderbilt e outros escolheram outras universidades, como Harvard, Yale, Berkeley, Cornell e outras.*"¹⁰ Com isso, o grupo da USP já criava competência em pesquisa e iniciava cursos de pós-graduação, antes da Reforma Universitária de 1968 e do *boom* da pós-graduação no país.

Este convênio foi um marco importante na constituição do grupo, porque foi a partir das experiências nos EUA que os professores criaram tanto a pós-graduação, quanto as bases institucionais para interagir com clientes: a FIPE. O porte deste convênio foi tão significativo, que motivou a criação do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) em 1964, para gerenciá-lo. O financiamento deste convênio envolveu recursos da U. de Vanderbilt e da USAID, além de uma contrapartida do governo brasileiro. Dois anos depois, o IPE oferecia o primeiro curso de pós-graduação *lato sensu* e, desde então assumiu a administração deste nível de ensino.

De outro lado, como os professores que retornavam dos EUA estavam entre os mais qualificados do país, eles foram logo procurados para dar assessorias, especialmente, à área econômica governamental, dependendo de suas áreas de competência. Vale notar que, em 1966, começava a carreira pública de um dos professores do Departamento, Antonio Delfim Neto, na Secretaria da Fazenda do governo de Laudo Natel em São Paulo. Em 1967, Delfim assume o Ministério da Fazenda de Costa e Silva e lá permanece por toda a gestão Médici; i.é., até março de 1975. Durante a gestão Geisel, Delfim assume a embaixada brasileira na França, mas volta a ocupar pastas ministeriais na administração Figueiredo (março de 1979 a março de 1985).

Começa no Ministério da Agricultura, mas em pouco tempo assume o Planejamento e, da SEPLAN (Secretaria do Planejamento), passa a concentrar o comando da política econômica com poderes muito mais amplos do que nas suas gestões anteriores.

O escopo dos estudos encomendados e a impossibilidade de captar e gerenciar receitas auferidas através da burocracia universitária levaram estes professores a criarem a FIPE em novembro de 1973, como meio de flexibilizar o IPE. O depoimento do prof. Ablas lembra as dificuldades operacionais e o do prof. Luque completa esta história:

"Foi uma época em que era muito fácil contratar pesquisas, mas a recepção e gestão desses recursos era impossível dentro da burocracia da USP. Nos primeiros tempos, os professores formavam grupos e abriam contas bancárias conjuntas para isso, mas era uma coisa muito precária. Então criamos a FIPE para resolver isso." (Ablas)

"A história da FIPE começa com o retorno de professores enviados para doutoramento no exterior pelo convênio MEC-USAID. Ao regressarem, criaram o seu próprio espaço, usando o IPE. Iniciaram a pós-graduação e os mais dinâmicos e mais orientados para estudos aplicados criaram a FIPE. Traziam um pouco da realidade que conheceram no exterior e seguiam as vocações de suas áreas de especialização. Eram pessoas de áreas mais aplicadas e que tinham um mercado importante, como política monetária, econometria, estatística, etc... A tradição da FIPE sempre foi a realização de pesquisas de grande porte, que envolviam avaliações abrangentes e formulações de estratégias de médio a longo prazo. Esses estudos nunca tinham duração menor do que um ano e geravam material de relevância para teses e publicações."(Luque)

Certamente, a presença de Delfim Neto no comando da área econômica federal impulsionou a criação da FIPE e a sua especialização em estudos de grande porte. Delfim dirigiu a área econômica federal por quase quinze anos e levou com ele um grupo de professores que, na sua maioria, também permaneceu na carreira pública, como Carlos Viacava, José Pastore (o único ainda na FEA), Eduardo Carvalho, Paulo Yakota e outros.

"Durante os anos 70, noventa por cento dos contratos da FIPE eram com o governo federal. Foi a época do Delfim e a facilidade desta cooperação era tal que, ao invés de esperarmos a iniciativa do cliente, qualquer professor daqui podia propor um estudo e encaminhá-lo ao governo federal, com boas chances de aprovação. Tanto o tamanho do orçamento, quanto o portfólio de contratos da FIPE refletem bastante as relações políticas da universidade com a área governamental."¹¹

¹⁰Prof. Ablas, Chefe do Departamento de Economia.

¹¹Prof. Ablas, entrevista.

As entrevistas revelaram que a FIPE também teve um papel decisivo para a atual configuração de competências do grupo. Além de ampliar o campo das atividades de pesquisa e complementar os salários universitários, a FIPE firmou um programa com o BID, que durou oito anos e que concedeu bolsas de pós-doutoramento para dez professores por ano. Isso beneficiou praticamente a totalidade de seus doutores:

"A titulação e as especializações dos docentes devem muito à FIPE, porque através dela, os professores tiveram muitas oportunidades de realizar pesquisas remuneradas com as quais se especializaram, se titularam e firmaram suas áreas de ensino. Estes trabalhos da FIPE resultavam em teses, publicações e até áreas de ensino. Muito da atual composição dos cursos e linhas de pesquisa reflete as áreas de estudos dos anos 70, como economia do trabalho, economia internacional, etc."

O Departamento de Economia da USP constituiu e foi constituído pela FIPE. Pôde usufruir da abundância de recursos dos anos 70 e desenvolver tanto a sua vocação aplicada, que encontrou amplo terreno no governo federal, quanto a sua vocação acadêmica que contou com a abundância de recursos das agências de C&T. Conseguiu também postos-chave na área econômica da administração Franco Montoro (1982-86) no governo de São Paulo, quando o prof. João Sayad foi o Secretário da Fazenda. Entretanto, passou por fortes turbulências a partir da segunda metade dos anos 80 e ainda enfrenta dificuldades de financiamento de suas pesquisas. Na área de pesquisa aplicada, o refluxo dos contratos se deveu a dois fatores: primeiro, à concorrência de outras "escolas", como do IE da UNICAMP, que já consolidado e com porte equivalente ao da USP seguia uma orientação mais afinada à nova configuração política do país. Segundo, à incapacidade que se instalou no governo federal de se consolidar um novo modelo econômico. Planos e ministros da Fazenda se sucederam em prazos médios de um ano e meio, desde então:¹²

"Se nem os Ministros da área econômica duram muito, não dá para termos expectativas de estudos mais profundos de definição de estratégias macro e de prazo mais longo. O setor público pede estudos cada vez mais especificados e pontuais, com prazos bem mais curtos, que vão de três a seis meses."¹³

Outro fator agravante foi a mudança de padrão de financiamento dos organismos internacionais que, a partir dos anos 80, deixaram de contratar instituições. Seus contratos hoje são com indivíduos e isto reduziu a estabilidade e volume de recursos com que a FIPE costumava contar.¹⁴ A consequência foi a de que a estrutura da FIPE "*implodiu*" e a Fundação entrou em um processo de revisões que começou em 1989 e ainda não se completou. Neste processo, perdeu

¹²O cálculo para a administração de Itamar Franco é de 67 dias de permanência para os Ministros da Fazenda. O atual titular, entretanto já ultrapassou essa média.

¹³Prof. Luque, entrevista.

alguns de seus quadros melhor situados no mercado profissional; enxugou seu pessoal fixo, redefiniu o sistema de remuneração dos professores e diversificou suas áreas de atuação, passando a oferecer várias modalidades de cursos de extensão, como será detalhado adiante.

Na área acadêmica, o declínio do financiamento federal à pesquisa científica tem tornado o engajamento às atividades da FIPE a melhor opção para os professores que permaneceram na universidade: *"A outra alternativa seria passar para tempo parcial e buscar atividades lá fora."*¹⁵ Como na UNICAMP, os economistas da USP também se preocupam com a perda de contato do Departamento com a comunidade acadêmica internacional. Para corrigir isto e para reforçar o orçamento da pesquisa científica, decidiu-se criar na FIPE o "Programa de Apoio à Pesquisa Acadêmica" que é dirigido para professores que estejam sem financiamento para suas pesquisas. Não há alocação pré-fixada de recursos para o Programa, mas sim uma comissão constituída para receber e julgar o mérito das propostas encaminhadas. Tem-se privilegiado a complementação (de até US\$ 1,000 por mês) de projetos de estudos de pós-doutoramento no exterior. Há três professores recebendo hoje um reforço para concluírem seus estudos, um na França e dois nos Estados Unidos.¹⁶

A FIPE foi e é, sem dúvida, uma condição necessária para que a universidade tenha algum poder de reter sua equipe, numa área onde há uma forte demanda no mercado profissional. Entretanto, não tem conseguido ser uma condição suficiente para competir com os salários, prestígio e mobilidade do mercado profissional. A história do grupo da USP foi marcada pelos "desfalques" sofridos, *"não por problemas internos, mas pela atração lá de fora"* (Prof. Chahad). O grupo vem perdendo quadros ao longo dos anos e, embora muitos retornem à FEA, a regra é a de que dificilmente voltam a ter o engajamento que tinham na FIPE antes de se afastarem. *"Continuam dando aulas, mas não vão muito além disso."*¹⁷ Outro entrevistado notou: *"Mesmo que continuem aqui, esses professores não se desligam dos padrões de atuação e de remuneração profissional que alcançaram. Eles mantêm atividades lá fora e não têm mais nem motivação e nem tempo para contribuir efetivamente para a captação de novos contratos."* Um terceiro entrevistado foi mais crítico:

"Tivemos apenas dois casos de professores que tiveram a conduta ética de pedir demissão e abrir-mão da estabilidade do serviço público e da aposentadoria integral que a USP oferece: o Ibrahim Eris, antes de ir para a presidência o Banco Central, e o Andrea Callabi, depois que foi do Tesouro Nacional com o Funaro."¹⁸

¹⁴ Eduardo M.F. da Silva, Secretário-Executivo da FIPE.

¹⁵ Prof. Chahad, entrevista.

¹⁶ No ano passado, quando foi criado o Programa, a duração do apoio podia ser de até um ano. Cogita-se hoje de reduzir ou privilegiar projetos de até seis meses como meio de ampliar o número de professores indo por períodos mais curtos para estudos e atualização no exterior. o Programa não se propõe a custear as viagens mas a apenas complementar aqueles que conseguem apoio nas agências que cobrem estas atividades (FAPESP, CNPq, CAPES).

¹⁷ Prof. Chahad, entrevista.

Um indicador da intensidade do apelo do mercado profissional e das interações do grupo com clientes externos é o padrão do regime de dedicação dos professores. Enquanto foi proibido o envolvimento de professores em tempo integral em atividades contratadas, a maioria dos professores do Departamento foi tempo parcial. Desde que se passou a permitir consultorias e outros trabalhos contratados, o regime de tempo integral passou a prevalecer.¹⁹

Outro traço constitutivo da equipe é a relativa diversificação de formação que apresenta. Nisto, o Departamento de Economia da FEA se desvia da tendência endogênica da USP. É um dos poucos departamentos em que mais de um terço do corpo docente tem doutorado no exterior, em quinze universidades diferentes, a maioria de primeira linha (Quadro 3). Além disso, a quase totalidade dos doutores tem pós-doutorado também no exterior.

¹⁸Profª. Ana Bianchi, entrevista.

¹⁹Profs. Ablas e Luque, entrevistas.

Quadro 3: Formação dos doutores da FEA			
Local da Instituição	# doutores	%	# de universidades
USP	34	62.0	1
EUA	17	31.0	11
França	2	3.6	2
Inglaterra	1	1.7	1
África	1	1.7	1
Total	55	100	16
Relação das Universidades (# doutores)			
EUA		França	
Yale (3) Vanderbilt (3) Cornell (2) UNC (2) M.I.T. (1) Stanford (1)	Johns Hopkins (1) U. of Chicago (1) U. of Illinois (1) Ohio State U. (1) Rice U. (1)	Aix-Marseille (1) U. de Paris X (1)	
		Inglaterra: Cambridge (1)	
		África: U. Patrice Lumumba (1)	

Quanto à cultura institucional, os professores entrevistados definiram o grupo como "pluralista", mas com qualificações. Isso porque, até recentemente, o Departamento teve fortes lideranças; líderes cuja autoridade era incontestável e que, portanto, unificavam o grupo. O prof. Ablas explica:

"Sempre fomos pluralistas. De um lado, há grupos que nunca fizeram nada e nem pretendem fazer nada com a FIPE. O grupo de História Econômica, por exemplo, é estritamente acadêmico. Os grupos fazem críticas de parte a parte, mas têm uma longa convivência com as suas diferenças. Houve uma época em que o Delfim dava a primeira e a última palavra. Depois veio a fase da Alice Canabrava, do Pastore, etc. Hoje em dia, somos mais igualitários e essa equivalência dos caciques torna mais difícil o acerto, o resultado negociado. Mas são os ossos do pluralismo. Hoje temos o Montorinho, o Fernando Homem de Melo, o José Juliano, a Cristina Cacciamali.

Mas, de outro lado, não temos grupos ideológicos e sectários. Temos professores que aglutinam pequenos grupos em sua volta, mas que não têm mais a visibilidade pública de líderes anteriores. Em geral o grupo que sai da direção do Departamento ou da FIPE critica o grupo que está entrando. Essas coisas acontecem, normalmente."

O ambiente interno parece ter sempre sido competitivo. A clivagem entre os acadêmicos e os aplicados, por exemplo, remonta ao uso do IPE para instituir a pós-graduação e à criação da FIPE para agilizar os contratos de pesquisa aplicada. Entretanto, é a composição tripartite do grupo da Economia da USP - sua subdivisão em Departamento, IPE e FIPE - que lhe é mais peculiar. Esta estrutura gerou a separação entre graduação (Departamento) e pós-graduação (IPE) e entre pesquisa acadêmica (Departamento e IPE) e contratada (FIPE) - enquanto que na UNICAMP não se separa graduação da pós-graduação, mas apenas o ensino da pesquisa. Os cursos e programas pós-graduados da Economia da USP sempre foram integralmente administrados pelo IPE e os professores se comprazem disso: *"Foi um acerto muito grande e nos alivia muito aqui no Departamento."* O alívio, entretanto, se refere a funções administrativas e não inclui liberação de compromissos com o ensino nos dois níveis. *"Todo mundo aqui é obrigado a dar aulas na graduação e pós-graduação."*

O IPE é mantido pela FIPE mas seu status institucional é o da USP: *"Não há diferença: o espaço do IPE é o espaço que a USP tem para a pós-graduação. O IPE é USP; não tem nenhuma flexibilidade para captar ou gastar recursos. A FIPE apoia o IPE com os salários do pessoal administrativo e complementação para os professores que ocupam os cargos de direção (que é eleita pelo Departamento) e de coordenação."* A FIPE também apoia o IPE com compras de livros e assinaturas de periódicos.

Além de administrar os programas de pós-graduação, o IPE promove atividades acadêmicas (três modalidades de seminários) e mantém três tipos de publicações: o "Boletim Informações FIPE" que divulga informações econômicas de curto prazo e artigos sobre assuntos econômicos em debate no momento; a revista "Estudos Econômicos" que divulga trabalhos inéditos sobre teoria econômica e suas aplicações, e livros técnicos, que publicam estudos mais extensos e de maior fôlego.

A composição tripartite do grupo gerou um sistema de comando e de distribuição de recursos complexo. O Chefe do Departamento preside o Conselho Diretor do IPE e, historicamente, tem tido também assento no Conselho Curador da FIPE. A presidência do IPE foi até recentemente uma extensão, um cargo adicional, dos presidentes da FIPE. A partir de 1989 as duas posições foram separadas. O comando da FIPE é formado pelo Conselho Curador, que é eleito pelos professores do Departamento e tem autonomia para nomear os quatro dirigentes da Fundação: o Diretor-Presidente, os diretores de Pesquisas e de Cursos, e o Secretário-Executivo. O prof. Ablas detalhou:

"A FIPE tem sido dirigida por um Conselho Curador que elege seus dirigentes. A composição deste conselho é decidida pelos professores do departamento e segue alguns costumes. Dos sete membros, um representa os professores do Departamento e, além disso, o Chefe do Departamento tem sido convidado a ser membro. Dois ou três membros têm sido convidados de fora da FEA. No momento temos o vice-presidente do Mapping e o Presidente da Gradiente."

O sistema de distribuição de recursos sofreu alterações recentes mas nunca abrangeu a totalidade dos professores do Departamento. Até a crise do final dos anos 80, a FIPE garantia remuneração pré-fixada (segundo as tabelas da USP) a todos os professores vinculados, independentemente do engajamento que tivessem nos projetos em andamento e do valor dos projetos que cada qual conseguia: *"Nós adotávamos a escala salarial da USP e todo mundo tinha remuneração."* Em determinado momento, chegou-se a uma situação *"totalmente exdrúxula"*: o corpo técnico (não docente) da FIPE começou a ganhar mais do que os professores, devido à desvalorização dos salários da universidade e ao regime de contrato privado (regime CLT) dos técnicos. Nas palavras do prof. Chahad: *"A situação implodiu e, nesse processo, aqueles professores que acharam que tinham melhores chances lá fora, foram para fora."* No mais, adotou-se maior flexibilidade salarial e delegou-se maior autonomia para os professores negociarem e depois administrarem seus contratos de modo a incentivá-los a trazerem o maior volume possível de recursos. *"Hoje, quem trazer mais, ganha mais. A cooperativa continua, mas a FIPE está enxuta e remunera na medida da contribuição que cada qual faz."*²⁰

III - Relações Externas e Finanças

3.1. UNICAMP

Segundo o prof. Suzigan, que é atualmente o Coordenador da Comissão de Pesquisa do IE, *"toda a demanda externa atendida pelo IE está ligada à atividade de pesquisa. Em alguns casos, a pesquisa pode se assemelhar mais a uma prestação de serviço, do que a um estudo que gere produção científica, mas ainda é uma atividade de pesquisa."* Este é o terreno das interações institucionais do IE com seus parceiros externos. Em geral, as propostas de pesquisa nascem de demandas externas e o tratamento dado começa pela verificação do interesse do grupo pela proposta. Uma exigência de caráter geral é a de que os coordenadores de pesquisas contratadas possuam doutorado. Havendo interesse, o professor-pesquisador do

²⁰ Prof. Luque, entrevista.

IE volta ao cliente e com ele chega a uma proposta mais definida que é, então, discutida com o respectivo centro ou o núcleo. Avalia-se a relevância acadêmica, a adequação dos recursos orçados e do tema em relação às linhas de pesquisa do núcleo ou centro e o aproveitamento de alunos de pós-graduação que o projeto permitiria.

Uma vez aprovada pelo centro ou núcleo, a proposta é submetida à Comissão de Pesquisa, que designa um relator para elaborar um parecer que contemple, além dos critérios já considerados pela avaliação dos centros e núcleos, a factibilidade do trabalho, o dimensionamento e qualificação dos pesquisadores envolvidos. Depois de aprovada na Comissão, a proposta é finalmente votada na Congregação do IE e, se aceita, é encaminhada para a FECAMP. A Fundação, então, elabora o contrato e administra a contabilidade do convênio. Ao término do trabalho, a Comissão de Pesquisa procede à avaliação dos resultados. Todos os convênios geram relatórios finais que são então examinados por um relator da Comissão de Pesquisa.

O prof. Suzigan explica que reprovações ocorrem, mas que propostas reprovadas podem ser reformuladas e reapresentadas à Comissão de Pesquisa.²¹ Embora pareça, e possivelmente seja, um tratamento demorado de aprovação de convênios, ele atende amplamente ao objetivo de avaliação para o qual foi desenhado. Funciona como sistema de avaliação por pares que se dá tanto internamente, no âmbito dos grupos de pesquisa (Centros e Núcleos), quanto externamente, no âmbito da Comissão de Pesquisa e da Congregação. Este procedimento também define e cobra um padrão de qualidade.

É interessante notar que não se detectou insatisfação com burocratização e morosidade de procedimentos no caso do IE. Isto parece se dever, em parte, ao tipo de clientela que atende e, em parte, à autonomia da burocracia universitária que a FECAMP lhe assegura. Estudos e pesquisas que visem diagnósticos e recomendações de políticas para o setor público não embutem a premência típica de estudos contratados por empresas com problemas tecnológicos. Ao invés de empresários angustiados, os economistas lidam com os escalões decisores ou formuladores de políticas de órgãos governamentais que querem subsídios de caráter macro para ações que visam o médio e longo prazos. Embora o perfil da demanda do setor público venha se alterando para estudos mais pontuais com prazos mais curtos, esta tendência não tem gerado pressão sobre prazos ou choques com os procedimentos do IE: os estudos tornam-se mais específicos e rápidos. O fato é que não há reclamações contra burocracias.

Ao contrário da FIPE, a FECAMP tem um papel limitado e passivo: resume-se às funções de um escritório jurídico e contábil e precisa ser acionada pelo IE para agir. A FECAMP não tem poder decisório sobre o que deve ser contratado ou não, nem equipes técnicas próprias, como a FIPE teve. A FECAMP cobra entre 10 a 15% do valor dos projetos e a receita arrecadada é usada pela diretoria do IE para complementar os orçamentos dos vários centros e núcleos de pesquisa, principalmente, os que têm maior dificuldade em obter recursos externos. Segundo o prof.

Natermes Teixeira, diretor de FECAMP, *"em 1992, que foi um ano de poucos convênios (alguns jumbo, como o do NEIT), os recursos da FECAMP financiaram passagens para o exterior, edição de livros e doações."*

A política de pessoal da Fundação é a de contratar diretamente seu pessoal administrativo e só manter vínculos temporários com os pesquisadores de projetos em andamento. O prof. Teixeira explica:

"O vínculo entre o pesquisador e a FECAMP é o de profissional autônomo. O contrato dura enquanto durar o projeto e o reajuste salarial é de acordo com o reajuste do projeto. O pesquisador pode receber uma complementação salarial de até 100% do valor de seu salário na universidade e o contrato pode ser para pagamento mensal ou por hora de consultoria prestada."

Nem todos os recursos orçamentários têm que passar pela FECAMP. Os professores-pesquisadores podem usar a FUNCAMP ou até a reitoria, mas este estudo só identificou um caso de contrato que não foi encaminhado à FECAMP.²² Entretanto, verificou a existência de alguma oposição à FECAMP no interior do IE. Argumenta-se que *"a contribuição da Fundação para o orçamento do IE não é tão significativa quanto se quer fazer crer"*; que *"os investimentos feitos com recursos públicos para a sua estruturação (em salários de funcionários e equipamentos) ainda não foram pagos"* e: que *"a FECAMP é controlada por uns poucos que a manipulam e dela se valem como recurso de poder."* De outro lado, a FECAMP conseguiu recursos suficientes para adquirir sede própria e, inclusive, para instalar um Centro de Convenções que é alugado para outras unidades da UNICAMP e empresas privadas. O patrimônio da FECAMP, contudo, pertence à UNICAMP e caso ela seja extinta, os imóveis retornarão para a universidade.

Suzigan afirmou que nos últimos quatro ou cinco anos, os núcleos de Economia Agrícola (NEA) e de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT) têm captado os convênios mais relevantes em termos de volume de recursos e número de pesquisadores envolvidos. O NEA tem sido financiado pelo Programa Nacional de Irrigação (PRONI) para avaliar o impacto de projetos de irrigação sobre a estrutura agrária (US\$ 250 mil); pelo Ministério do Trabalho para estudar a qualificação da mão-de-obra rural; pelo Ministério da Previdência Social para avaliar a capacidade empresarial rural de financiar previdência social; pela Fundação Florestal

²¹As reprovações são mais frequentes quando se trata de relatórios finais, do que de propostas de trabalho: *"Em geral, a reprovação se deve a problemas de redação e ao não cumprimento dos parâmetros acadêmicos definidos."* Entrevista.

²²A razão foi ética, porque o contrato foi assinado com um dos professores mais envolvidos na criação da FECAMP, durante o período de instalação da FECAMP. Ele achou mais ético usar a FUNCAMP.

de São Paulo para avaliar a indústria de papel e celulose; e para desenvolver indicadores do grau de ocupação da terra e de eficiência em sua utilização. O prof. Luis Carlos Guedes Pinto, pesquisador do NEA, acredita que a clientela do Núcleo foi formada a partir da reputação adquirida pelo grupo em questões estruturais, como na das relações de trabalho no meio rural. Comentou também, que parte da demanda se desdobra do contato dos professores com funcionários do governo que vêm fazer pós-graduação no IE.

O NEIT tem sido financiado nos últimos cinco anos pelo BNDES para avaliar a experiência da indústria brasileira no contexto internacional; pela Finep para dar continuidade ao projeto feito para o BNDES, ampliando o número de países considerados; pela Secretaria de Indústria e Tecnologia de São Paulo para avaliar a competitividade da indústria de transformação paulista; pelo Ministério da Ciência e Tecnologia para uma avaliação de âmbito nacional da competitividade da indústria brasileira (US\$ 1 milhão), que envolveu setenta pesquisadores de três instituições: do NEIT, do IEI-RJ (Instituto de Economia Industrial) e da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo).

Entre os Centros de Estudos mais ativos em pesquisas contratadas estão o Centro de Estudos de Relações Internacionais (CERI) e o Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho. O CERI se destaca por seu relacionamento com organismos multilaterais como a ONU, o Banco Mundial e o BID, e por sua capacidade de atrair e viabilizar a vinda de pesquisadores estrangeiros para participar de pesquisas no IE. Além de atender a demandas específicas de órgãos governamentais, tem também desenvolvido estudos contratados por consórcios de várias instituições nacionais e internacionais (o que tem se chamado de "projetos multi-clientes"). Um dos maiores projetos deste Centro tratou da "Urbanização e o Setor Público: as perspectivas dos anos 90", que envolveu mais de 75 pesquisadores.

O Centro de Estudos Sindicais e de Economia de Trabalho se destaca por sua intensa interação com sindicatos, tanto em estudos contratados, quanto na oferta de cursos de especialização nessa área.

Os dados obtidos sobre convênios foram muito sumários mas não menos interessantes: três órgãos do governo estadual de São Paulo financiam 61% do orçamento do IE. A FUNDAP responde sozinha por 29% do orçamento do Instituto, ao passo que os recursos orçamentários da universidade (os provenientes do Tesouro do Estado), correspondem a apenas 24%. Duas Secretarias Estaduais (a de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a de Planejamento) arcam com 16%, cada, deste orçamento. Os 14% restantes provêm da Finep e devem corresponder, mais ou menos, ao tamanho da pesquisa acadêmica realizada no IE. Estes dados possivelmente não são exaustivos. Os entrevistados mencionaram dois clientes antigos que ainda mantêm contratos em andamento, que não estão incluídos nesses cálculos percentuais: o Ministério do Trabalho e o SEBRAE.

3.2. A USP

A FIPE ainda não se recuperou totalmente da crise. Busca-se saídas novas, mas estas se limitaram até o momento à oferta de cursos intensivos de extensão universitária. Segundo os dois diretores entrevistados: *"A FIPE não tem uma política de marketing, não faz mala direta e nem milita politicamente. Fazemos alguma prospecção de mercado, mas na maioria das vezes, os contatos com clientes são feitos pelos professores nas suas respectivas áreas e não se sabe exatamente quem tomou a iniciativa."*²³

Com relação aos cursos, a FIPE já completou o quinto curso de Economia Brasileira, de três meses de duração (75 horas), e o terceiro em Intermediação Financeira, ambos abertos ao público com formação superior. Segundo seus atuais dirigentes, ela já saiu do vermelho mas ainda tem ajustes a fazer e precisa ampliar sua capacidade - que na verdade é a capacidade dos professores - de captar contratos de estudos e pesquisas.

Fatores contextuais não têm facilitado em nada. Nos dois últimos anos surgiram mudanças no quadro legal que vêm alterando o status das fundações tanto dentro da universidade, quanto perante suas clientelas. Dentro da universidade, o problema tem sido colocado pelo Tribunal de Contas, que pressiona para que se explicita plenamente a separação entre as contas públicas e as privadas. Com efeito, até o ano passado, as relações da FIPE com o Departamento vinham sendo totalmente informais:

"A FIPE sempre foi uma extensão do Departamento. As relações sempre foram informais e nunca se apurou exatamente o quanto a FIPE repassou para o Departamento. A Fundação sempre foi usada para as despesas mais corriqueiras, que vão do pó de café que a USP, às vezes, não tem para fornecer, até papel almaço para os alunos escreverem suas provas, os micros, as secretárias que atendem aos professores, o serviço de limpeza dos prédios, festas e comemorações, aquisição de livros e assinaturas de periódicos, etc.

No plano mais formal, a FIPE já complementou as quotas de bolsas de pós-graduação e, hoje em dia, garante o fluxo das bolsas, adiantando o pagamento quando as bolsas atrasam. Pagamos também passagens para alunos de outros estados virem fazer suas defesas de tese e para professores participarem de seminários e eventos fora de São Paulo. Além disso, a FIPE acaba de criar o Programa de Apoio à Pesquisa Acadêmica..."

No ano passado, formalizou-se um acordo pelo qual a FIPE contabiliza e repassa ao Departamento a parte dos *overheads* que lhe cabe e os aluguéis das salas que ocupa. O Departamento escolhe se quer receber em "cash" ou em quotas de materiais e serviços. *"Nós administramos este dinheiro para o Departamento, aplicamos no mercado financeiro. Eles não controlam, mas acompanham vindo à nós para saber quanto têm na conta."* No entanto, o enquadramento da FIPE à USP continua indefinido e admite-se a possibilidade da Fundação ter

²³ Profs. Luque e Chahad, entrevista conjunta.

que sair do campus. A FIPE já possui uma sede fora do campus, que no momento abriga apenas uma parcela de sua administração.

No plano externo, das clientelas, a mudança veio com uma nova lei federal do ano passado:

"A nova lei acabou com a regra que baseava os nossos contratos com o setor público. Acabaram com a regra da "notória especialização", que alguns chamavam de "notório favorecimento". Essa regra possibilitava a contratação da FIPE sem licitação. Agora vamos ter que entrar nas licitações, embora o modo como se defina os termos do contrato, freqüentemente, já determine para quem ele está sendo oferecido. De todo modo, a sensação é a de estar no mato sem cachorro. Não temos experiência nisso."²⁴

Com relação à administração central, o grupo da USP se assemelha ao da UNICAMP, porque tampouco reclamou de entraves burocráticos e controles descabidos. Desfruta de grande autonomia da Reitoria para desenvolver suas relações externas, a ponto deste estudo não ter identificado nenhum convênio via Reitoria. Os diplomas concedidos pelos cursos são assinados pela Direção da FIPE, sem a participação da direção da FEA ou do Reitor.

As informações colhidas sobre contratos e convênios confirmaram que a FIPE já não vive mais dos grandes estudos que congregavam equipes de professores e tinham duração mínima de um ano. Ela tem sido contratada para algumas poucas pesquisas e inúmeros estudos mais ou menos pontuais; para a elaboração de uma variedade de índices e; inclusive, para a montagem e realização de eventos temáticos, principalmente, para empresas e associações empresariais. O Quadro abaixo sumariza a relação de contratos concluídos e em andamento em 1993.

Quadro 4 Classificação dos Contratos FIPE (1993)							
Tipo de Cliente	#	Tipo de Trabalho		Duração		Status hoje	
Entidades Privadas	12	Índices	14	+ de 1 ano	18	concluídos	28
Gov. Estadual	12	Estudos	14	6-12 meses	7	até 1994	8
Gov. Municipal	7	Pesquisas	5	3-6 meses	6	até 1995	2
Gov. Federal	4	Eventos	5	1-3 meses	8	até 1996	1
Empresas Privadas	4						
Total	39	Total	39	Total	39	Total	39

O documento que baseia este quadro foi obtido na FIPE e não fornece os valores dos convênios. Discrimina apenas o nome dos pesquisadores envolvidos, o contratante e os prazos de início e conclusão. A participação do governo federal no volume de contratos é de fato pequena,

²⁴ Prof. Chahad e Luque, entrevista conjunta.

mas sem se conhecer os valores dos contratos fica difícil chegar a uma conclusão final sobre o peso relativo de cada tipo de contratante.

As informações deixam claro, entretanto, que a elaboração de índices, os acompanhamentos de salários médios, de estruturas de custos ou de gastos, e estudos de curta duração predominam hoje no portfólio da FIPE. Alguns índices estão entre os contratos de maior duração e são tidos pelos dirigentes da FIPE como *"uma área de interação estável, porque requer credibilidade institucional e isto a FIPE tem. Não adianta bolar um índice rapidíssimo, baratíssimo e genial, se não tiver uma grande instituição por trás, para dar peso e credibilidade."* No entanto, o produto de maior prestígio e visibilidade da FIPE, que é o índice de inflação de São Paulo (o IPC), contratado pela Secretaria de Finanças da Prefeitura, vinha dando prejuízos há vários anos. Esta conta é um dos ajustes que ainda estão sendo encaminhados. Os contratantes de índices são tanto órgãos públicos municipais e estaduais (secretarias das Finanças, Fazenda, Planejamento e Gestão, Metrô, ELETROPAULO, etc.); quanto entidades empresariais como FIESP, ABDIB (Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base); SINDIMAQ (Sindicato Nacional de Indústrias de Máquinas), ABAL (Associação Brasileira Alumínio); SINDIPEÇAS (Sindicato Nacional de Indústrias de Componentes para Veículos Automotores); a ABEMI (Associação Brasileira de Engenharia Industrial), etc. O mais recente índice, contudo, foi contratado por uma empresa, o grupo "O Estado de São Paulo", num contrato de um ano e meio de duração.

As empresas e associações empresariais também contratam a FIPE para que estruture e realize eventos temáticos como sobre "Seguridade e Previdência" para a FENASEG (Federação Nacional de Seguros Privados e de Capitalização), sobre "Concentração Bancária e Reestruturação da Moeda" para a ABBC (Associação Brasileira dos Bancos Comerciais); sobre "Reforma Fiscal" para a FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos) e sobre "Cenários Macroeconômicos Brasileiros para o período 1993-1997" para a NEC do Brasil. A duração média destes contratos está entre dois e três meses.

Entre os trabalhos de pesquisa de maior fôlego e escopo estão dois projetos de um ano de duração, financiados pela Finep;²⁵ um projeto para a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano de estudo sócio-econômico de populações faveladas para orientar programas de reassentamento urbano para populações de baixa renda (oito meses de duração); uma pesquisa para a Secretaria de Planejamento e Gestão sobre efeitos multiplicadores dos investimentos no estado de São Paulo (um ano e meio) e um estudo

²⁵ "Estratégias de Geração e Transferência de Biotecnologias", e "Desenvolvimento de setores Intensivos de Tecnologia".

comparativo de custos de obras escolares para a FDE do MEC (um ano de duração). Um dos contratos mais longos e que envolve o maior número de pesquisadores é o chamado "Carta de Conjuntura" para a Secretaria da Fazenda e que envolve uma equipe de nove professores e um prazo de três anos (1991-94).

O documento fornecido pela FIPE relaciona um portfólio de contratos muito mais variado e volumoso do que o referido nas entrevistas. À primeira vista, o documento não espelha o tom preocupado dos dirigentes da FIPE e do Departamento, mas as duas colunas da direita do quadro acima, justificam a preocupação. Elas deixam clara a instabilidade e imprevisibilidade que este padrão de contratos impõe ao grupo: 28 dos 39 contratos já foram concluídos e 4 dos 8 com previsão de término para 1994 terminam até julho e apenas 1 vai até dezembro. O saldo hoje de contratos que cobrirão os próximos doze meses é de apenas quatro contratos. O documento fornecido não menciona valores, mas as entrevistas mencionaram a queda no valor médio dos contratos, que está associada tanto à redução do escopo e prazos dos contratos que refletem a queda dos investimentos em pesquisas, quanto ao fim dos contratos institucionais. Hoje em dia, os contratos estão vinculados a professores e não à FIPE enquanto tal.

O técnico da Tesouraria da FEA responsável pelo acompanhamento financeiro da faculdade, Luis Antonio Teixeira, confirmou as dificuldades já encontradas no levantamento de informações financeiras em outras unidades da USP. Forneceu o que chamou de "*referências meio fictícias*" do orçamento do Departamento de Economia. Em valores nominais, a FEA destinou 1,7 milhões de cruzeiros ao Departamento como dotação do orçamento USP e 2,9 milhões provenientes da conta de *overheads* recolhidos à Reitoria. Explicou que 80% da dotação orçamentária da FEA fica com a administração da Faculdade para despesas comuns aos três departamentos, que incluem desde a manutenção da biblioteca e da UPD (Unidade de Processamento de Dados), até combustível, pó de café, giz, salas de alunos, etc. Além disso, a Reitoria assume os serviços de limpeza e vigilância dos prédios e despesas com energia elétrica e telefone, entre outras. Com isso, é impossível estimar exatamente o custo efetivo de manutenção de cada Departamento.

Explicou também que o valor repassado da conta de *overheads* embute ganhos de aplicação financeira que os recursos orçamentários não têm. Estes últimos sofrem reajustes em função das oscilações do ICMS, de modo que não se pode afirmar que a receita de *overheads* seja maior do que o custo de manutenção do departamento. "*Provavelmente não é, se considerarmos neste cálculo os gastos feitos pela administração da FEA.*"

O Secretário-Executivo da FIPE tampouco pôde oferecer figuras confiáveis da situação financeira da Fundação: "*Nós não temos um orçamento fechado. É disso que venho tratando desde que cheguei. Posso afirmar que operamos no azul, que temos uma contabilidade, que os professores se interessam em acompanhar, mas não posso ir muito além disso.*" Eduardo Marcondes Filinto da Silva assumiu o cargo em 25 de outubro de 1993, vindo do mercado financeiro, sem passagem prévia pela USP. Suas impressões são que embora a FIPE mescle

peçoal contratado em regime privado (CLT) com peçoal dos quadros da universidade, é a cultura do serviço público que prevalece. Confessou-se surpreso com o grau de informalidade com que a FIPE opera e, inclusive, com a falta de costume de se fazer registros escritos das operações: *"Se eu pergunto sobre um assunto para três peçoas diferentes, eu obtenho três versões diferentes... Se a senhora que trabalha aqui na sala ao lado morrer, a FIPE fica sem memória. Ela está aqui há quatorze anos e é o arquivo vivo da FIPE, a principal fonte de informações que tenho."*

A FIPE mantém hoje, depois do enxugamento, um quadro fixo que é maior do que o Departamento: cerca de 130 peçoas, a maioria (cerca de 100) composta por pesquisadores de peços para a elaboração de índices - *"um peçoal que não precisa ter nível superior."* Mantém ainda alguns poucos pesquisadores de nível superior que não são do quadro docente, os supervisores dos pesquisadores de peços, o peçoal administrativo e os dirigentes. Eduardo M.F. da Silva é o segundo Secretário-Executivo recrutado fora do Departamento e segundo soube, houve uma tentativa anterior de dar à FIPE uma direção empresarial: *"Em 1979, na gestão do Rocca, resolveram contratar uma empresa para tornar a FIPE mais empresarial. A empresa manualizou todas as operações da FIPE e eu encontro vestígios disso, e parece que estão quase que tal como foram deixados pela empresa."*

As indicações são de que mesmo na Economia, há um descompasso significativo entre a cultura universitária e a empresarial. Neste caso, isto envolve tanto um componente de "funcionalismo público", visto acima, como um componente mais especificamente acadêmico, que fica muito claro na experiência recente dos professores com os alunos dos cursos de extensão. Esse viés acadêmico tem gerado arestas entre os professores e o público dos cursos de extensão. Segundo os depoimentos colhidos, os cursos têm reunido peçoas de background muito diferente: *"são grupos muito heterogêneos, de cerca de 40 peçoas, que mistura jornalistas com executivos, economistas com sociólogos e engenheiros."* Na opinião dos professores, esta experiência tem trazido dois tipos de tensões: primeiro, porque sabem que há aulas e temas que são chatos e não interessam aos alunos e, segundo, porque sentem dificuldades de comunicação:

"O impacto sobre nós tem sido interessante. Estamos todos aprendendo a lidar com esse novo público. Eles perguntam muito e se bobeamos, discutimos inflação em todas as aulas. Este contato tornou muito clara a necessidade de desenvolvermos nossos recursos didáticos. Nós sempre nos distinguimos do peçoal do Departamento de Administração neste aspecto. Eles sempre se preocuparam com a forma de ensinar, com gráficos e materiais didáticos e nós considerávamos isso uma besteira. Concentrávamo-nos totalmente no conteúdo. Hoje já reconhecemos que é um erro. É importante tornar mais leve alguns tópicos básicos e essenciais, mas extremamente chatos. É importante relacionar conceitos abstratos a aplicações e exemplos concretos. Estamos aprendendo. Esses alunos preenchem formulários de avaliação que são lidos pela administração dos cursos e ficam à disposição para os professores que quiserem ler. De forma informal e indireta, a mensagem é passada e a gente procura melhorar." (Chahad)

"O segundo curso, de Economia e Intermediação Financeira é dirigido para um público mais especializado, de operadores do mercado, gerentes financeiros.. Mas nós fazemos questão de ensinar instrumentais analíticos que envolvem conhecimentos básicos de teoria econômica, mesmo sentindo que o interesse dos alunos é discutir a conjuntura econômica. Seria sem dúvida muito mais agradável e estimulante montar um curso de palestras com figurões para falarem da realidade econômica brasileira hoje. Mas isso não formaria competência para analisar os próximos desdobramentos, seria jogar dinheiro fora, porque o conteúdo do curso ficaria rapidamente obsoleto." (Luque)

"Eu caí na besteira de usar uma frase que sempre uso na primeira aula com os meus alunos de graduação: a de que a disciplina de metodologia discute se a economia é uma ciência; o que é muito útil, mas não tem aplicação direta nenhuma. No minuto em que falei isso senti uma queda de interesse total da turma. Eu ainda não me sinto confortável com esse pessoal. Eu só dei duas aulas até hoje e os grupos são muito heterogêneos. É muito difícil agradar a todos." (Bianchi)

Indagados sobre porque não oferecer também os "cursos de palestras" já que o Departamento reúne tantas personalidades públicas e todos sabem do grande interesse que há de se discutir o momento econômico, os professores responderam que a universidade têm um compromisso com a qualidade e o conteúdo do que faz. Esta resposta é a mesma que encontramos na Faculdade de Engenharia Elétrica da UNICAMP; só que neste caso, o argumento é usado para justificar o não-oferecimento de cursos de extensão. Ensino e atualização de qualidade, para a FEE, está disponível nos cursos regulares de pós-graduação.

Outro aspecto da história dos cursos de extensão da Economia da USP que também manifesta o pouco espaço dado à motivação comercial ou senso empresarial em grupos acadêmicos é a demora com que se dispuseram a atender à demanda por cursos de extensão universitária. Até 1990, a FIPE já tinha tido, pelo menos, duas experiências com cursos fechados: um para a Receita Federal e outro para o UNIBANCO. A explicação de porque só em 1990 decidiram oferecer cursos abertos foi:

"Essa decisão veio da percepção de que havia uma demanda importante por formação de outro formato que não o da pós-graduação *stricto sensu*. A FGV do Rio já tinha tido umas experiências, nós também conhecíamos a experiência da FIA e da FGV de São Paulo e, além disso, o próprio assédio dos jornalistas aos professores daqui, criou uma sensação de que havia uma necessidade de se traduzir a nossa competência e dirigi-la para um publico maior." (Luque)

Nenhum dos pontos levantados constitui um dado recente, ocorrido por volta de 1990. O assédio de jornalistas ocorre desde os anos 60 e os cursos da FGV do Rio e de São Paulo e os da FIA são também bastante antigos. Na verdade, a decisão reflete mais a necessidade de criar novas fontes de receitas para a FIPE, do que faro empresarial ou identificação de um mercado emergente. Este mercado existe há tempos e foi inclusive explorado pela FDTE (da Escola Politécnica) com a participação de professores da FEA nos anos 80. Os depoimentos obtidos na

FEA contrastam muito com os colhidos na pró-reitoria de extensão da UNICAMP, onde o incentivo aos cursos de extensão foi justificado como uma estratégia de ampliação da cooperação daquela universidade com o setor empresarial: a de usar os cursos como cartão de visita e primeira aproximação com o setor empresarial.

Uma última manifestação da cultura acadêmica do grupo da USP é a proibição, que sempre existiu, de que alunos bolsistas de pós-graduação se envolvessem nas pesquisas da FIPE. A profa Ana Bianchi, Presidente da Comissão de Pós-Graduação explicou: "*Os alunos de pós-graduação só podem se engajar em projetos da FIPE quando já não tiverem bolsa, porque não podem ter outra atividade além do curso*". O prof. Ablas completou: "*Embora a FIPE tenha como norma não contratar alunos, eles podem trabalhar como orientandos de professores em projetos da FIPE e fazerem suas teses sobre esses assuntos. Agora, a tese não pode ser parte do projeto, tem que ter conteúdo acadêmico desvinculado de clientes.*"

O contraste aqui é com o Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina, onde a participação em pesquisas contratadas é definida como parte integrante da formação pós-graduada e cobrada dos bolsistas de pós-graduação. Embora este Departamento induza os alunos a usarem suas bolsas para fazerem teses sobre problemas de clientes, seus programas de mestrado e doutorado têm tido conceito máximo na CAPES. No caso da USP, esta participação é interpretada como quebra do requisito acadêmico e/ou violação das regras da CAPES e CNPq, que concedem as bolsas para viabilizar a dedicação integral dos alunos aos seus programas de pós-graduação. Parece também que toda e qualquer participação em atividades da FIPE envolve remuneração específica, que aí sim seria uma violação das regras da concessão de bolsas de pós-graduação. Os alunos da Engenharia Mecânica de Santa Catarina não são remunerados. Embora a Economia tenha uma vocação profissional muito forte, como a Engenharia Mecânica também tem, a formação de pós-graduação oferecida é estritamente acadêmica.

Mesmo assim, há empresas que enviam pessoal para fazer pós-graduação na FEA e, inclusive, empresas que financiam teses de alunos. Segundo a direção do IPE, "*o IESP, por exemplo, oferece 20 horas semanais para seus funcionários fazerem pós-graduação stricto sensu.*"

O argumento aqui não é de que os economistas da USP tenham uma cultura purista de excelência acadêmica. Ao contrário, desde cedo trataram de estruturar mecanismos para ampliar e viabilizar a captação de receitas, conquistando notável autonomia da burocracia central da universidade. O ponto aqui é mais geral: é o de que o meio universitário, uma cultura que mescla funcionalismo público com academia, não favorece o pleno desenvolvimento deste potencial. O grupo fica à meio caminho entre qualidade acadêmica e exploração efetiva do mercado para atividades de caráter mais profissional, como se a conjugação de ambos fosse impossível.²⁶

²⁶O caso da Engenharia Mecânica de Santa Catarina comprova que é possível conjugar excelência acadêmica com pleno engajamento em pesquisa contratada. Esta fecundação-mutua requer uma política de cooperação e abertura para

Apresentam uma dificuldade antiga de conferir um gerenciamento empresarial à FIPE. Já avançaram a ponto de contratar uma empresa, e agora um profissional do mercado financeiro, para dar à FIPE um perfil mais empresarial, mas não tiveram êxito ainda. O estudo não identificou nenhum projeto de se instituir competência em marketing ou outras providências de aproximação à clientela pública ou privada, atual ou potencial. A missão do atual Secretário-Executivo é ainda básica: a de por ordem na casa, nos números e finanças.

Decidiram abrir-se para o público interessado em economia brasileira, mas não se rendem ao perfil desta demanda e, com isso, não exploram completamente este mercado. É louvável que a universidade preze a qualidade do que faz, mas não ficou clara a razão por que "cursos de palestras" tenham necessariamente baixa qualidade.

Por fim, o uso de alunos de pós-graduação em trabalhos contratados poderia ser de grande proveito para a FIPE, para os alunos e para os clientes. Reduziria os custos dos contratos (pois os alunos já estariam sendo remunerados pelas bolsas), complementaria a formação deles com a oportunidade de desenvolver trabalhos de cunho profissional sob supervisão da escola, facilitaria a contratação dos alunos pelos próprios clientes (ou sua inserção no mercado de trabalho por reforçar seus currículos em experiência profissional), liberaria tempo de professores ou salários de pesquisadores contratados e, finalmente, investiria na qualificação e no desenvolvimento de laços mais duradouros com os clientes que contratassem ex-alunos. Na UNICAMP, o aproveitamento de alunos é um dos critérios considerados para a aprovação de propostas de contratos. A incompatibilidade entre cliente e tese é muito questionável e, inclusive, não foi, e talvez nem seja, uma regra absoluta e intransponível. A profa. Ana Bianchi comentou, por exemplo:

"A Losango é uma firma da área financeira que oferece remuneração para teses nesta área. A Copersucar também ofereceu financiamento para tese na área de tecnologia do álcool como fonte energética. Eu não sei como isso se desenvolveu, se houve alunos inscritos, ou não. Como as bolsas da CAPES e CNPq não cobrem todo o período, foi comum o envolvimento de alunos em projetos da FIPE. A minha tese de doutorado foi feita na FIPE. Hoje em dia, a única área que talvez ainda seja compatível com teses é a dos índices, porque ela gera um enorme banco de dados que os alunos podem usar para estudos específicos. Mas o interesse hoje tem se concentrado de novo na área mais teórica, que é a que está em maior ebulição nos EUA e Inglaterra. São modelos matemáticos ultra abstratos que não têm aplicação imediata nenhuma."

Parte do problema da cultura universitária, que no Brasil é também um segmento do funcionalismo público, é o formalismo de fachada e o informalismo e diferenciação das ações. É uma cultura que fala de qualidade e excelência acadêmica, mas que é bem mais pragmática e diversificada do que parece, mas não chega a ter todo o pragmatismo que poderia ter porque não

contratos de medio prazo; i.é., até que se atinja um patamar de confiança com os parceiros externos que justifique a contratação de pesquisas de maior risco e relevância para a universidade e para a indústria.

há espaço para institucionalizá-lo e, mais sério ainda, não há estímulo a novos empreendimentos, à mudança.

IV - Conclusão

O estudo comparativo do IE e USP revelou mais similaridades do que diferenças. Constituem o caso onde se conquistou maior autonomia das administrações centrais universitárias. O estudo confirmou, por exemplo, que não há convênios assinados pelos reitores em nenhum dos dois grupos. O Departamento de Economia da FEA é o único dos três casos da USP onde não se identificou quaisquer referências a atritos, ou mesmo críticas à burocratização desta universidade. As atividades contratadas simplesmente prescindem dos órgãos centrais da universidade e se resolvem todas no âmbito da FIPE ou das relações informais. O IE, por sua vez, é a única unidade da UNICAMP que não opera com a FUNCAMP. Além disso, não segue o padrão de excelência acadêmica e ênfase na pós-graduação, típicos da Universidade de Campinas.

Impressiona nos dois grupos, a pouca atenção que é dada à formação de novos economistas. O ensino foi isolado da pesquisa nos dois casos, e a relação professor-aluno é das mais baixas.

Embora desfrutem de ampla autonomia da administração central, verifica-se também aí, a dificuldade de abrigar com eficácia equipes de primeira linha em áreas do conhecimento de forte demanda profissional. A força da demanda externa por competência em Economia foi determinante para que os dois grupos alcançassem (prestígio e recursos, que viabilizaram) o grau de autonomia que alcançaram das burocracias centrais. Mas não foi suficiente para desenvolver culturas institucionais plenamente compatíveis com todo o potencial profissional e acadêmico da Economia. Carregam o peso morto dos que deram certo lá fora. Estes não abrem mão dos privilégios do funcionalismo público²⁷ e, quando retornam de suas experiências externas, não se re-engajam nas questões da universidade e nem tentam sediar na universidade suas bases de operação tanto acadêmicas, quanto profissionais.

Esta questão é complexa e não pode ser esgotada nesta pesquisa, mas merece ser explorada. O cerne do problema do "pêso morto" dos notáveis não parece ser de rigidez institucional da universidade. Há, por exemplo, o caso de Roberto Macedo, que depois de fazer carreira na administração pública procurou a FIPE e conseguiu montar ali a sua base de operações, dando atendimento e orientação a alunos, ao mesmo tempo em que mantém suas atividades de cunho mais profissional (não-acadêmico). A opção de Macedo sugere que a universidade pode funcionar como um *locus* eficiente de atuação nos dois planos (acadêmico e profissional). Professores do Departamento de Administração da FEA-USP, definiram a sua fundação, a FIA (Fundação do Instituto de Administração) como *"uma grande firma de consultoria,*

²⁷ Entre eles, estabilidade contratual e aposentadoria com salário integral.

que tem dado muito certo".²⁸ Universidades no Primeiro Mundo, como o M.I.T. mantêm professores em tempo integral na casa, que são sócios de empresas e atuam livremente no mercado profissional.

Os economistas podem ter ambições diferentes. Não se trata de igualar a área de Administração à de Economia, mas sim de insistir na importância da flexibilidade institucional como recurso importante para viabilizar enlaces proveitosos entre mercado profissional e universidade. Mas a questão do "peso morto", provavelmente, não se resolveria apenas com a introdução da possibilidade dos notáveis montarem suas bases de operação na universidade. Parece haver aí um componente cultural mais importante do que o organizacional. Este componente cultural tem a ver com a cultura do funcionalismo público (que se traduz na acomodação desengajada de docentes aos departamentos e na dificuldade de se gerir a FIPE ou FECAMP como empresas) que é reforçada/agravada pela intimidade da Economia com as elites do poder (com o pouco rigor ético e o personalismo vigentes na alta administração pública do país).

A maior distância geográfica do IE das arenas decisórias que regem os recrutamentos e carreiras públicas dos economistas, gerou uma realidade um pouco diferente da que existe na USP. Embora a maioria dos professores que se tornaram notáveis, voltem formalmente para a universidade (mas sem se re-engajarem em suas questões), outros continuam a exercer liderança à distância, como é o caso de alguns dos seus líderes fundadores, que continuam influenciando, ou mesmo conduzindo o IE, sem sair de seus postos na capital de São Paulo. Vale lembrar aqui que a FUNDAP, que é sediada em São Paulo e dirigida por professores do IE, gera mais receitas para o IE do que o próprio orçamento da UNICAMP.

Se o prestígio e a remuneração na área de Economia se situam fora da universidade, parece lógico que os grupos universitários busquem consolidar posições em postos avançados (em geral fora da Universidade), que mantenham o grupo bem conectado com a dinâmica e o contexto profissional externo. O que não está claro, é porque todas as bases de operações precisam se situar fora da universidade, especialmente no caso da USP, onde não se coloca o problema da distância geográfica de Campinas. Nesta avaliação preliminar, o problema está mais no campo das mentalidades, do que no das restrições e normas burocráticas.

Outro traço comum aos dois grupos é a fraca cooperação com empresas privadas. Será que isto é inevitável ou há aí uma falta de versatilidade e de iniciativa de se definir modelos e métodos, "produtos" de um modo geral, que possam atender a empresas isoladamente ou talvez em projetos multi-clientes? Os entrevistados culpam as empresas, à sua falta de disposição para investir em estudos, de um lado, e o perfil macroeconômico das suas competências, de outro. O argumento procede e, de fato, o estudo não encontrou empresas privadas contratando estudos. Mas, surpreendentemente, a pesquisa verificou que as competências mais técnicas (menos macroeconômicas) da USP têm sido buscadas por um conjunto razoável de entidades

²⁸ Ary Plonski, Eduardo Vasconcellos, entrevistas.

empresariais (sindicatos de empresas, federações e associações setoriais) que contrataram a FIPE em 1993 para a elaboração de índices e estudos de acompanhamento de custos, que provavelmente não geram conhecimentos e publicações. Mas, como a profa. Ana Bianchi comentou (em citação acima), essas atividades de levantamentos e estudos quantitativos da FIPE geram bases de dados muito amplas que acabam servindo para a realização de estudos e teses (quantitativas) de interesse aplicado e acadêmico. O curioso foi a pouca importância que estes contratos com entidades empresariais parecem ter para os professores entrevistados. A informação só foi descoberta no documento fornecido pela FIPE. Em nenhuma das entrevistas realizadas esta clientela foi mencionada.

Para concluir, estes dois casos se somam a outros (como o LSI da Escola Politécnica e o grupo de Materiais Magnéticos do Instituto de Física da USP) que também atestam que há espaço no interior da universidade pública brasileira para se instituir ampla autonomia de ação. No caso da Economia, não há necessidade de se criar situações informais para equipes e laboratórios. Na FEA e no IE, a autonomia e a informalidade estão há muito asseguradas pela FIPE e FECAMP e, por força das características da área, trata-se de uma informalidade que é usada individualmente ou por pequenos grupos de professores para fins e por períodos mais voláteis.

Se na área de Economia faz-se prognósticos pessimistas que prenunciam mudanças preocupantes na área de cooperação externa, estas se devem a fatores externos à Universidade: ao Tribunal de Contas e a novas leis federais. A burocracia universitária não tem impacto relevante sobre as interações externas, mas a cultura universitária sim.